



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

ESTADO DO PARÁ

Arquiteto-Geral ACOB CASTRO

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXXIII — 75.º DA REPÚBLICA — NUM. 20.198 — BELÉM — QUARTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1963

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Lourdes Leila Gama de Moraes, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONISIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Ana Maria da Silva Franco, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONISIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Antonina Bispo Brito, do cargo de professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONISIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR:

Doutor AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

VICE-GOVERNADOR:

Dr. NEWTON MIRANDA

SECRETARIO DE ESTADO DO GOVERNO:

DR. EDUARDO NELSON CORRÊA DE AZEVEDO

SECRETARIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Dr. RAIMUNDO MARTINS VIANA

SECRETARIO DE FINANÇAS:

Dr. HENRY CHECRALLA KAYATH

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Dr. PEDRO VALLINOTO

SECRETARIO DE OBRAS, TERRAS E AGUAS:

Dr. EFRAIM RAMIRO BENTES

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Dr. BENEDITO CELSO DE PADUA COSTA

SECRETARIO DE PRODUÇÃO:

Dr. JOSÉ MANUEL REIS FERREIRA

SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Dr. EVANDRO RODRIGUES DO CARMO

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:

Sr. JOSÉ NOGUEIRA SOBRINHO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

acôrdo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Luciléa Gomes da Silva, do cargo de professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONISIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em

exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Maria Ivone Simões Mathias, do cargo de professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONISIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa

Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Maria do Céu Moraes e Silva, do cargo de professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONISIO BENTES DE

CARVALHO

Governador do Estado em

exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Amélia Maria Moraes da Fonseca, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONISIO BENTES DE

CARVALHO

Governador do Estado, em

exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Argentina de Vasconcelos Braga, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONISIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em

exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO

Redação, Administração e Oficinas:
Avenida Almirante Barroso 349 — Fone: 9998
Diretor — Sr. ACYR CASTRO
Secretário — Sr. AUGUSTO SOARES
Redator — Sr. MOACIR DRAGO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICIDADE

ANUAL	4.000,00	Cr\$	
SEMIANUAL	2.000,00		
OUTROS ESTADOS E MUNICÍPIOS			
ANUAL	5.400,00		
SEMIANUAL	2.700,00		
NÚMERO AVULSO	15,00		
VENDE DE DIÁRIOS			
NÚMERO ATRASADOS	20,00		
O custo do exemplar dos órgãos oficiais, na venda a vista, será de 10% do valor do ano.			

1. Página de Contabilidade uma vez	10.000,00
Por mais de duas (2) vezes 10% de abatimento.	
Por mais de cinco (5) vezes 20% de abatimento.	
O centímetro por coluna no valor de	80,00

EXPEDIENTE

As repartições públicas devem remeter a matéria destinada a publicação até às doze e trinta (12,30) horas, excetuando os sábados, em original datilografado em uma face do papel e devidamente autenticado, devendo as rasuras e emendas ser sempre ressalvadas por quem de direito as reclamações nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito à Diretoria das sete e trinta (7,30) às treze e trinta (13,30) horas e no máximo, vinte e quatro (24) horas após a saída do órgão oficial. A matéria paga será recebida das oito às doze e trinta (8 às 12,30) horas, e, excetuando os sábados, das quatorze (14) às dezessete (17) horas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar em qualquer época por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso. Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade de suas assinaturas, na parte superior o endereço, vão impressos o número de taxa do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade do recebimento dos jornais devem os assinantes providenciar a respectiva renovação, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas, cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciativas em qualquer época pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos solicitamos aos senhores clientes, quando a sua publicação, preferencialmente a remessa por meio de cheques ou vale postal, emitido a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Maria de Lourdes Moreira Fernandes, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Jacira Yaci Pina, do cargo de professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

Governador do Estado, em exercício
Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Arlete Sucupira Lima, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Izete Monteiro dos Santos, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro

Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Odete Freire Lobo, do cargo de professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Olinda Ferreira Abton, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Rosilda de Brito Souza, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Zilla Rodrigues dos Santos, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Maria da Conceição Reis, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Arlete Costa e Silva, do cargo de professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Maria Fideralina dos Santos, do cargo de Professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1963

O Governador do Estado resolve exonerar, ex-offício, de acordo com o art. 75, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, Maria do Carmo Martins Andrade, do cargo de professor de 2a. entrância, padrão E, do Quadro Único, lotado no Ensino Primário, a partir de 1.º de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1963.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Governador do Estado, em exercício

Benedito Celso de Pádua Costa

o Quadro de Pessoal do Departamento de Aguas e Esgotos,
RESOLVE:

Nomear, a partir de 1-5-1963, os, usando das atribuições que lhe confere a Lei n. 2.580, de 2-2-1962 e, de acordo com a Lei n. 2.844, de 30-7-1963, que criou o quadro do Pessoal do Departamento de Águas e Esgotos,

Dê-se ciência à Secção de Pessoal para as devidas anotações, cumpra-se e publique-se.
Eng. Edmundo Sampaio Carepa
Diretor Geral do DAE

PORTARIA N. 201 — DE 5 DE
NOVEMBRO DE 1963
O Sr. Eng. Diretor Geral do
Departamento de Águas e Esgotos

RESOLVE:

Nomear, a partir de 1-5-1963, de Encanador, Nível 3, o Sr. Isidoro Silva.

Dê-se ciência à Secção de Pessoal para as devidas anotações, cumpra-se e publique-se.
Eng. Edmundo Sampaio Carepa
Diretor Geral do DAE

GOVERNO FEDERAL

Presidência da República SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

PROCESSO N. 01397 — CONVÊNIO N. 692/62

Térmo de contrato firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e a Federação das Associações Rurais do Estado do Amazonas, para aplicação da verba de Cr\$ 20.000.000,00 — dotação de 1962, destinada à aquisição de arame farpado e grampos para revenda.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Federação das Associações Rurais do Estado do Amazonas, daqui por diante denominadas, respectivamente SPVEA e Executora representada a primeira pelo Superintendente substituto, Senhor José de Almeida Vilar de Melo e a segunda pelo Procurador, Doutor José Lancry, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente Contrato para o fim especial de dispor sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício de 1962. Contrato este firmado nos termos do Artigo quarto (4.º) alínea b, do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desse Regulamento, pelas da Lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953) pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), e, no que lhe forem aplicáveis, pelas da Portaria número mil seiscentos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958) da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente contrato vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e sessenta e sete (1967). A recusa do registro, pelo Tribunal de Contas da União, não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente contrato a EXECUTORA obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades contratantes que a este acompanha, dele fazendo parte integrante como único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previsto no presente contrato, a SPVEA entregará a EXECUTORA, a quantia de Vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00), valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício de 1962, Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 08 — SPVEA; Despesas de Capital: Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; Consignações: 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199, da Const. Federal), Discriminação da Despesa: 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; 3.2.00 — Produção Agrícola; 3.2.40 — Produção Animal; 3.2.41 — Trabalhos assistenciais agropecuários; 04 — Amazonas; 3 — Aquisição de arame farpado e grampos em convênio com a Federação de Associações Rurais do Estado do Amazonas — Cr\$ 20.000.000,00, totalmente inscrita em "Restos a Pagar" de 1962, sob o n. 0467. A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula, de acordo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício

anterior.

CLAUSULA QUARTA: — O arame farpado e grampos para cerca, adquiridos diretamente pela EXECUTORA, conforme o plano anexo, destina-se à revenda a agricultores e criadores no Estado do Amazonas, sob as seguintes condições:

I) — Seleção dos Compradores:
a) sejam apresentados ou indicados pelas associações rurais ou cooperativas;

b) ser agricultor ou criador inscrito no Ministério da Agricultura, ou ainda:

1) — seja associado dessas instituições;

2) — apresentar justificativa convincente sobre a quantidade que deseja adquirir;

3) — tenha título de propriedade da terra que explora aceitando-se, ainda às condições de **posseiro ou meeiro**, desde que apresente autorização para exploração das terras onde o arame será empregado com prazo não inferior a 4 anos, a contar da data da compra;

4) — obriga-se, através de documento, a não revender o arame a outrem, sob pena de ter o financiamento rescindido e exigido do infrator o imediato e total pagamento do valor do arame, além de uma multa de 50% sobre o referido valor.

II) — Preço para revenda aos interessados: — O preço para revenda será o mesmo da compra, acrescido do das despesas, estas devidamente comprovadas.

Garantias:

a) para posseiros ou meeiros;

Até 5 rolos: sem garantias;

de 5 a 20 rolos: penhor agrícola ou pecuário;

b) para proprietários:

Até 20 rolos: notas promissórias emitidas pelo financiador, equivalentes em prestações contratadas, com endosso de pessoa ou firma, a critério da entidade financiadora;

De 21 a 50 rolos: penhor agrícola ou pecuário, ou notas promissórias, a critério da EXECUTORA.

Outras condições: juros de mora de 1% ao ano, incidente sobre o saldo devedor do empréstimo, pelo prazo no pagamento de qualquer das prestações contratadas;

— multa de 10% sobre o saldo da dívida, no caso de cobrança judicial;

— multa de 50% sobre o montante do financiamento, além da multa de 10% acima registrada, em caso de inadimplimento contratual por ter o financiado revendido o arame;

— a seleção dos candidatos ficará a cargo da EXECUTORA examinar as possibilidades do candidato a financiamento, quanto as garantias e responsabilidades de crédito a ser concedido; se o candidato não preencher tais exigências estará inabilitado à compra;

— a entrega do arame só será feita após a contratação do empréstimo pela EXECUTORA.

III) — Revenda: A revenda será feita dentro dos seguintes limites:

1) — Posseiros e meeiros:

Sem garantia: até cinco (5) rolos;

Com garantia: de seis (6) a vinte (20) rolos.

2) — Proprietário:

Com garantia: até vinte (20) rolos;

— à EXECUTORA caberão 50% dos juros contados e cobrados em cada operação, à título de remuneração por serviços prestados;

— os restantes 50% caberão a SPVEA;

— a EXECUTORA ficará obrigada a apresentar à SPVEA semestralmente, um relatório em que discrimine os contratos celebrados, as amortizações havidas, os casos anormais e o saldo devedor de cada operação contratada;

— o dinheiro oriundo do ressarcimento desse contrato será levado à uma conta de depósito especial, a ser aberta pela EXECUTORA, em favor da SPVEA, com o sub-título "Revenda de arame farpado", no Banco do Brasil, agência de Manaus. A EXECUTORA se obriga a fornecer à SPVEA extrato de conta mensalmente;

— as importâncias e as cotas partes dos juros devidos à SPVEA levados a crédito de tal conta, poderão ser livremente retiradas ou sacadas pela SPVEA, a seu critério, independentemente de aviso;

— a EXECUTORA ficará responsável pela guarda e boa conservação do arame adquirido, indenizando a SPVEA pelo valor estipulado à revenda, em caso de extravio, roubo ou deteriorização, esta decorrente de má conservação;

— a EXECUTORA ficará obrigada a prestar à SPVEA as informações que esta lhes solicitar;

IV) — Financiamento: Os financiamentos serão contratados nas seguintes bases: Valor: O resultado da compra feita, respeitada as determinações contidas no item antes referido;

Juros: 4% ao ano pagáveis semestralmente;

Prazo: 3 anos, improrrogáveis;
Plano de resgate: em parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencíveis no 1.º, 2.º e 3.º ano contratuais;

Garantias: a) Para posseiros e meeiros:

Até 5 rolos: sem garantia;

De 5 a 20 rolos: penhor agrícola ou pecuário;

b) Para proprietário:

Até 20 rolos: notas promissórias emitidas pelos financiados, equivalentes as prestações contratadas, com endosso de pessoas ou firmas, a critério da entidade financiadora;

De 21 a 50 rolos: penhor agrícola ou pecuário, ou notas promissórias, a critério do Banco financiador; ou da EXECUTORA.

Outras condições: juros de mora de 1% ao ano incidente sobre o saldo devedor do empréstimo, pelo atraso no pagamento de qualquer das prestações contratadas;

— multa de 10% sobre o saldo da dívida, no caso de calcança judicial;

— multa de 50% sobre o montante do financiamento, acima multa de 10% acima registrada, em caso de inadimplência contratual por ter o financiado revendido o arame a terceiros.

Registro: será obrigatório o registro e inscrição dos contratos nos Cartórios de Títulos e Documentos quando a garantia for fidejussória e de imóveis da Comarca com jurisdição sobre as terras beneficiadas com o arame, quando existir penhor. Fica reservada à SPVEA o direito de exercer ampla fiscalização sobre as operações de revenda feita diretamente pela EXECUTORA.

CLAUSULA QUINTA: — A EXECUTORA apresentará à SPVEA, relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLAUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA SÉTIMA: — A EXECUTORA se obriga, ainda nos contratos de revenda que firmar, fazer declarar expressamente que na aquisição do arame farpado e grampos para cerca, foi financiado com recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.

CLAUSULA OITAVA: — Poderá este contrato ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos, aditivos ao presente, e estes submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

E, por assim estarem de acordo, as entidades interessadas, eu, Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração, C-16 da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual de dois de lido e achado, conforme vai assinado pelos representantes das entidades contratantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 4 de novembro de 1963.

JOSE ALMEIDA VILAR DE MELO

por JOSE LANCERY

MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas:

Jose de Almeida Freire

Carlos Zoghbi

Anexo ao Convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Federação das Associações Rurais do Estado do Amazonas, para aplicação da dotação de vinte milhões de cruzeiros

(Cr\$ 20.000.000,00), consignada no Orçamento Geral da União para o exercício de 1962 e destinada à aquisição de arame farpado e grampos, a cargo da referida Federação.

Aquisição para revenda aos criadores e agricultores de 4.500 rolos de arame farpado galvanizado, quatro farpas, com peso de 20 quilos cada rolo 18.800.000,00

Aquisição para revenda aos criadores e agricultores de 3.000 quilos de grampos para cerca 1.200.000,00

T O T A L: Cr\$ 20.000.000,00

(T. 8338 — 13/11/63)

PROCESSO N.º 03472/63 — CONVÊNIO N.º 191/63

Termo de contrato firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia de Porto Velho, Território Federal de Rondônia, para aplicação da verba de Cr\$ 4.500.000,00 — Dotação de 1963, destinada à execução dos serviços e obras assistenciais e educativas das entidades, pelas Arquidioceses e Prelazias Nullius da Amazônia.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia de Porto Velho, Território Federal de Rondônia, daqui por diante denominadas, respectivamente SPVEA e EXECUTORA representada a primeira pelo seu Superintendente, doutor FRANCISCO GOMES DE ANDRADE LIMA e a segunda pelo Procurador, Dom TADEU PROST, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente contrato para o fim especial de dispor sobre a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União para o exercício de 1963, contrato este firmado nos termos do artigo quarto (4.º) alínea b), do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desse Regulamento pelas da Lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), e no que lhe forem aplicáveis, pelas da Portaria número mil setecentos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958) da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente contrato vigorará a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco (1965). A recusa do registro pelo Tribunal de Contas, não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente contrato a EXECUTORA obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades contratantes que, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente contrato a SPVEA entregará a EXECUTORA a quantia de (Quatro Milhões e Quinhentos Mil Cruzeiros) Cr\$ 4.500.000,00 (valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício de 1963, Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 03 — SPVEA; DESPESAS ORDINÁRIAS: Verba 2.0.00 — Transferências; CONSIGNAÇÕES: 2.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 2.2.03 — Valorização Econômica da Amazônia; (Art. 199 da Const. Federal); DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA: 2.0.00 — Transferências; 2.0.00 — Auxílios e Subvenções; 03 — Subvenções Extraordinárias; 28 — Diversos; 1 — Para execução dos serviços e obras assistenciais e educativas das entidades, pelas Arquidioceses e Prelazias Nullius da Amazônia, conforme plano de distribuição e ampliação em anexo e em obediência ao disposto no Decreto n.º 42.645, de 14.11.1957, 3% das dotações relativas às despesas de Capital (Adendo A); 27 — Prelazia de Porto Velho — Cr\$ 4.500.000,00.

A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula de acordo com a prioridade da verba, será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se o contrato de pagamento da primeira parcela à aprovação, por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante no exercício anterior.

CLAUSULA QUARTA: — A EXECUTORA prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente contrato, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feita sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a testar tenha precedido e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — A EXECUTORA apresentará à SPVEA relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLAUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento de importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA SÉTIMA: — A EXECUTORA se obriga a

afixar à frente da obra ou serviço objeto do presente contrato letreiro elucidativo de que o mesmo foi financiado com recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia. Referido letreiro terá os seguintes dizeres: — "ESTE EMPREENDIMENTO INTEGRA O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E FOI FINANCIADO PELA S.P.V.E.A."

CLÁUSULA OITAVA. — Poderá este contrato ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

Anexo ao convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia de Porto Velho, Território Federal de Rondônia, para aplicação da dotação de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), consignada no Orçamento Geral da União para o exercício de 1963, e destinada à execução dos serviços e obras assistenciais e educativas das entidades, pelas Arquidioceses e Prelazias Nullius da Amazônia.

DISCRIMINAÇÃO	U	Q	UNITÁRIO	TOTAL
"Para Oratório Festivo"				
I—EQUIPAMENTO				
Carteiras individuais	—	400	6.000,00	2.400.000,00
Bureaux	—	12	30.000,00	360.000,00
Cadeiras	—	100	3.000,00	300.000,00
II—PESSOAL				
Zeladoras escolares	—	3	100.000,00	300.000,00
III—EQUIPAMENTO PARA DORMITÓRIO				
Cama	—	15	30.000,00	450.000,00
Lençóis	dz	30	12.000,00	360.000,00
Toalha de rosto	dz	8	5.000,00	40.000,00
Toalha de banho	dz	8	10.000,00	80.000,00
IV—EVENTUAIS				
TOTAL GERAL				Cr\$ 4.500.000,00

(T. 8310 — Dia 13/11.63).

PROCESSO N. 05369/63 Convênio n. 153/63

Térmo de acordo firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Acre, para aplicação da verba de Cr\$ 5.000.000,00 — dotação de 1962, destinada a compra de reprodutores, a cargo do referido Governo.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Acre daqui por diante denominados, respectivamente, SPVEA e EXECUTOR representada a primeira pelo Superintendente em exercício, S e n h o r J O S E D E A L M E I D A V I L A R D E M E L O e a segunda pelo Procurador Sr. José Jefferson de Andrade, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente acordo, nos termos do artigo dezesseis (16), da Lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da Portaria número mil seiscentos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958), da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. — O presente acordo vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco (1965). A recusa do registro pelo Tribunal de Contas da União não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA. — Pelo presente acordo o EXECUTOR obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que devidamente rubricado pelos representantes das entidades acordantes, a este acompanha, dele fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA. — Para execução dos serviços previstos no presente acordo, a SPVEA entregará ao EXECUTOR, a quantia de (Cinco milhões de Cruzeiros) Cr\$ 5.000.000,00 valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício de 1963 Anexo 4 —

E, por assim estarem de acordo, as entidades interessadas eu, Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração C-16 da SPVEA, lavrei o presente termo o qual depois de lido e achado conforme vai assinado pelos representantes das entidades contratantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 29 de outubro de 1963.

FRANCISCO GOMES DE ANDRADE LIMA

DOM TADEU PROST

MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas

Mercês Rocha

Ilda Ramos Almeida

Poder Executivo; Sub-Anexo 08 — SPVEA; DESPESAS DE CAPITAL: Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; CONSIGNAÇÕES: 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199 da Const. Federal); DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA: 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; 3.2.00 — Produção Agrícola; 3.2.4.0 — Produção Animal; 3.2.4.5 Reprodutores; 01 — Acre — 1 — Para a compra de reprodutores — Cr\$ 5.000.000,00

A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO. — O pagamento a que se refere esta cláusula será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação por esta, das contas relativas às dotações recebidas pela segunda acordante no exercício anterior.

CLÁUSULA QUARTA. — O EXECUTOR prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente acordo, obedecendo às normas adotadas por este órgão. O pagamento de uma parcela poderá ser feito sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e de qualquer maneira a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLÁUSULA QUINTA. — O EXECUTOR apresentará à SPVEA relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLÁUSULA SEXTA. — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada, se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLÁUSULA SÉTIMA. — O EXECUTOR se obriga a afixar na frente da obra ou serviço objeto do presente acordo letreiro elucidativo de que o mesmo foi financiado com recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia. Referido letreiro terá os seguintes dizeres: — "ESTE EMPREENDIMENTO INTEGRA O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E FOI FINANCIADO PELA S.P.V.E.A."

CLAUSULA OITAVA: — Poderá este acôrdo, ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando fôr de interesse das partes acordantes, mas tôdas essas ocorrências deverão ser feitas mediante assinaturas de termos aditivos ao presente e submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

E, por assim estarem de acôrdo, as entidades interessadas eu, Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração C-16 da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme vai assinado pelos representantes das entidades acordantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 11 de novembro de 1963

JOSÉ DE ALMEIDA VILAR DE MELO

JOSÉ JEFFERSON DE ANDRADE

MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas:

Amilcar da Silva Costa

Valentim Maia Filho

Anexo ao convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado do Acre, para aplicação da dotação de Cr\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Cruzeiros) consignada no orçamento da união para o exercício de 1963 e destinada a compra de reprodutores, a cargo do referido Governo.

6 reprodutores raça holandeza		
côr preto e branco	300.000,00	1.800.000,00
4 idem Schuitz	300.000,00	1.200.000,00
2 idem Gouzerath leiteiro	250.000,00	500.000,00
5 fêmeas raça holandeza côr		
preto e branco	150.000,00	750.000,00
5 idem Gouzerath leiteiro	150.000,00	750.000,00

TOTAL Cr\$ 5.000.000,00

(Ext. 13/11/63)

PROCESSO N. 04876/63 Convênio n. 197/63

Termo de acôrdo firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prefeitura Municipal de Bragança — Estado do Pará, para aplicação da verba de Cr\$ 5.000.000,00 — exercício de 1963, destinada à financiamento aos pequenos agrimensores através da referida Prefeitura.

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prefeitura Municipal de Bragança — Estado do Pará daqui por diante denominados respectivamente, SPVEA e EXECUTORA representada a primeira pelo Superintendente Substituto, Senhor **JOSÉ DE ALMEIDA VILAR DE MELO**, e a segunda pelo seu Procurador sr. Lauro de Oliveira Cunha identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente acôrdo, nos termos do artigo dezesseis (16), da Lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e quatro mil cento e trinta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (35.142), de quatro (4) de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da Portaria número mil seiscentos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958), da SPVEA e, especialmente pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O presente acôrdo vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco (1965). A recusa do registro pelo Tribunal de Contas da União, não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

CLAUSULA SEGUNDA: — Pelo presente acôrdo a EXECUTORA obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades acordantes, a este acompanha, dêle fazendo parte integrante como seu único anexo.

CLAUSULA TERCEIRA: — Para execução dos serviços previstos no presente acôrdo, a SPVEA entregará a EXECUTORA a quantia de (Cinco Milhões de Cruzeiros) Cr\$ 5.000.000,00 valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício de 1963. Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 08 — SPVEA; DESPESAS DE CAPITAL; Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; CONSIGNAÇÕES: 3.2.00 — Dispositivos Constitucio-

nais; 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (Art. 199, da Const. Federal); **DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA:** 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; 3.2.00 — Produção Agrícola; 3.2.03 — Produção Vegetal; 3.2.31 — Mecanização da Lavoura; 1 — Aquisição de equipamento agrícola, implementos, peças e acessórios, inclusive veículos para transporte de carga e patrulhas mecanizadas: 15 — Pará; 1 — Financiamento aos pequenos agricultores através da Prefeitura: 2 — Bragança — Cr\$ 5.000.000,00

A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

PARAGRAFO ÚNICO: — O pagamento a que se refere esta cláusula, será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA, subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação por esta, das contas relativas as dotações recebidas pela segunda acordante no exercício anterior.

CLAUSULA QUARTA: — A EXECUTORA prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente acôrdo, obedecendo as normas adotadas por este órgão. O pagamento de uma parcela poderá ser feito sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, de qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela recebida em um exercício deverá ser feita até o último dia de fevereiro do ano seguinte.

CLAUSULA QUINTA: — A EXECUTORA apresentará à SPVEA relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

CLAUSULA SEXTA: — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada, se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

CLAUSULA SÉTIMA: — A EXECUTORA se obriga a afixar à frente da obra ou serviço objeto do presente acôrdo letreiro elucidativo de que o mesmo foi financiado com recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia. Referido letreiro terá os seguintes dizeres: — “ESTE EMPREENDIMENTO INTEGRA O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA E FOI FINANCIADO PELA S.P.V.E.A.”

CLAUSULA OITAVA: — Poderá este acôrdo, ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando fôr de interesse das partes acordantes, mas tôdas essas ocorrências deverão ser feitas mediante assinaturas de termos aditivos ao presente e submetido à apreciação do Tribunal de Contas da União.

E, por assim estarem de acôrdo, as entidades interessadas eu, Maria de Nazaré Lemos Bolonha, Oficial de Administração C-16 da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades acordantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 31 de outubro de 1963

JOSÉ DE ALMEIDA VILAR DE MELO

LAURO DE OLIVEIRA CUNHA

MARIA DE NAZARÉ LEMOS BOLONHA

Testemunhas:

Antônio Bastos Morbach

José Araújo Amador

Anexo ao convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prefeitura Municipal de Bragança, Estado do Pará, para aplicação da dotação de Cr\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Cruzeiros), consignada no orçamento da união para o exercício de 1963 e destinada à financiamento aos pequenos agricultores através da referida Prefeitura.

I—Aquisição de um trator de rodas, Diesel, modelo Faraer 1, equipado c/ motor HWM de 30 HP; levantamento hidráulico em 3 pontos, pneus dianteiros 5,50 x 16 e trazeiros 11 x 26 e demais equipamentos regulares	3.800.000,00
II—Aquisição de um arame de discos, modelo 472, com 2 discos de 26 para trator equipado c/ implemento 3 pontos	180.000,00
III—Aquisição de uma grade de discos, de araste, mecânica, modelo KBA-620, com 4 seções de 10 discos lisos de 20 e 10 ditos recortados	250.000,00
IV—Aquisição de 6 motores estacionários e gasolina modelo M-136-2.3.1/4 HP a 3.600 rpm a Cr\$ 83.000,00	498.000,00

V—Aquisição de 6 rolos para mandioca, modelo 2/4153 com polis e correia a Cr\$ 16.000,00	96.000,00
VI—Eventuais	176.000,00
TOTAL:	Cr\$ 5.000.000,00
	(Ext. 13/11/63)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA REPRESENTAÇÃO EM BELÉM DO PARÁ

Concorrência Pública n. 01/R-63

1. Faço público para conhecimento dos interessados que a partir desta data durante o prazo de quinze (15) dias, ficará aberta a Concorrência Pública n. 01/R-63, no Escritório da Representação do Território Federal de Rondônia, situado à travessa 1.º de Março, 142 (altos), para a venda de Uma (1) Caçamba Oficial Pick-up "Studebaker", modelo R-5/81806, motor n. 1P-113649.

2. Reserva-se a repartição o direito de rejeitar qualquer propos-

ta que não atenda aos objetivos e interesses do Território.

3. A adjudicação da venda dependerá da verificação não só maior preço mas também das condições que resultarem em menor ônus para o Território de Rondônia.

4. As propostas deverão ser apresentadas em duas vias assinadas pelo responsável (se for procurador, justificar a procuração respectiva, devidamente legalizada).

Belém, 12 de novembro de 1963.
(a) Hilda Natalina de Meleiros Gondim, Representante.

(T. 8378 — 13-11-63)

A N U N C I O S

AMAZÔNIA S/A — INVESTIMENTOS CRÉDITO E FINANCIAMENTOS

Avenida Portugal n. 323 — 2o. Andar — Salas ns. 209/212

EDIFÍCIO "MAGALHÃES RIBEIRO" — CARTA DE

AUTORIZAÇÃO EXPEDIDA PELA "SUMOC" N.

139 — EM 14.08.1962

Belém — Pará.

Resumo do Balancete em 5 de novembro de 1963

— A T I V O —

Disponível

Em moeda corrente	194.275,10	
Banco do Brasil S/A C/Dep.		
S/Limite	1.422.326,40	1.616.601,50

Realizável

Títulos Descontados	4.984.400,00	
Capital a Realizar	31.500.000,00	
Ações e Debêntures	6.025.800,00	42.510.200,00

Imobilizado

Móveis e Utensílios	2.359.480,00	
---------------------	--------------	--

Resultados Pendentes

Despesas Gerais e outras contas	5.466.284,70	
---------------------------------	--------------	--

Contas de Compensação

Valores em Garantia	200.000,00	
---------------------	------------	--

Cr\$ 52.152.566,20

— P A S S I V O —

Não Exigível

Capital	15.000.000,00	
Aumento de Capital	35.000.000,00	50.000.000,00

Exigível

Obrigações Diversas	138.020,90	
Letras a Pagar	570.000,00	708.020,90

Resultados Pendentes

Contas de Resultado	1.244.545,30	
---------------------	--------------	--

Contas de Compensação

Depositantes de valores em Gar. em		
------------------------------------	--	--

Custódia	200.000,00
	Cr\$ 52.152.566,20

Belém-Pará, 5 de novembro de 1963.

(aa) **Napoleão Carneiro Brasil****Carlos Moraes de Albuquerque****Fernardino Pinto****Reynaldo de Souza Mello**

Tec. em Cont. Reg. CRC — Pa— 0679

(Ext. — 12/11/63)

MINISTÉRIO DA MARINHA COMANDO DO 4º DISTRITO NAVAL DIVISÃO DE INTENDÊNCIA

EDITAL DE REFERÊNCIA

De ordem do Exmo. Senhor

Contra-Almirante. Comandante do 4º Distrito Na-

val, chamo a atenção dos interessados para o Edital Geral

que se acha publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado

do Pará, dos dias 7 e 11 de

novembro de 1963, referente

à Concorrência Administrativa, que será realizada neste

Comando, no próximo dia 25

de novembro de 1963, para

fornecimento às Unidades do

4º Distrito Naval, sediadas em

Belém e aos navios da Mar-

inha, surtos no porto desta

Capital, durante o período de

1º de janeiro a 30 de abril de

1964, dos grupos: 17 — Ma-

terial elétrico; 20 — Material

de limpeza e conservação; 53

— Material de expediente;

artigos da papelaria, máquinas

para escritório e acessórios;

54 — Material de imprensa;

56 — Munição de boca — sub-

g r u p o s: "Mantimentos",

"Açougue", "Padaria", "Aves

e ovos", "Laticínios", "Melho-

rias de rancho", "Dietas",

"Verduras e frutas", Rações

preparadas", etc.; 57 — Me-

dicamentos; aparelhos, utensí-

lios e vasilhames para labora-

tório — Drogas e reativos —

Utensílios e vasilhames para

farmácia; 61 — Material den-

tário; 64 — Material para co-

zinha e copa.

Comando do 4º Distrito Na-

val, Belém — Pará em, 4 de

novembro de 1963.

Rubens Sérgio de Mello e**Souza**

Capitão-de-Corveta (IM) En-

carregado da Divisão de In-

tendência.

(Ex. 13 e 18/11/63)

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL**DOS AJUDANTES E CARREGA-****DORES DE TRANSPORTES RO-**

DOVIÁRIOS DE BELÉM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital a comissão organizadora desta associação, convida todos os Ajudantes e Carregadores em Transportes Rodoviários de Belém, a comparecerem à sede social do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Belém, sita à rua Gaspar Viana n. 273, sala 7, às 18 horas do dia 12 do corrente, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

a) Deliberar sobre a fundação

e o pedido do registro desta Associação;

b) Discutir e aprovar os estatutos;

c) Eleger a Diretoria.

Belém, 7 de novembro de 1963.

(a) Manoel Assunção, Presidente.

(T. 8358 — 9, 12 e 13-11-63)

LIVRARIA CONTEMPORANEA, S/A (L. I. C. O. S. A.)

— A V I S O —

Acham-se à disposição dos

Senhores Acionistas, na sede

social, à Rua 15 de Novembro

número 89, os documentos a

que se refere o artigo número

99, do Decreto-Lei número

2.627, de 26-9-1940.

Belém, 12 de Novembro de

1963.

a) — **Manoel de Brito Lou-****renço**

Presidente

a) **Oscar Salviano Silva**

Gerente

(Ext. 13/11/63)

MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA N. 610/63

O Presidente do Montepio dos

funcionários públicos do Esta-

do do Pará, usando da atribui-

ção que lhe confere a letra K

do artigo 24 da Lei n. 1.835

de 24 de dezembro de 1959.

RESOLVE:

Nomear, Maria de Lourdes

Gomes de Souza, para exer-

cer em caráter interino, o

cargo de Oficial Administra-

tivo do quadro do Pessoal des-

te Montepio, aprovado pela

Portaria número 29/62, de

12-12-62, publicada no DIA-

RÍO OFICIAL do Estado n.

19.989, de 28-12-62.

A presente Portaria vigorará

a partir de 10 de Junho de

1963.

Belém Pará, 10 de junho de

1963.

Jesus Corrêa do Carmo

Presidente



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Justiça

ESTADO DO PARÁ

ANO XXIV

BELÉM — QUARTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1963

NUM. 6.071

ACORDÃO N. 351

Apelação Cível da Capital

Apte: — Sirene Botinelle do Amaral

Apdo: — Joaquim de Moraes Marques

Relator: — Des. Aluizio Leal

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação Cível da Comarca da Capital em que é apelante Sirene Botinelle do Amaral e apelado Joaquim de Moraes Marques.

EMENTA: O pedido para uso próprio é facultado pela lei do inquilinato. A insinceridade do pedido deve ser aprovada pelo Réu e esta insinceridade para ser reconhecida deve ser comprovada.

Acórdam os Juizes componentes da Primeira Turma Cível do Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade de votos, negar provimento a apelação para confirmar a sentença apelada. Isto porque a ação de despejo foi fundamentada em uso próprio, isto é o proprietário necessita do prédio para ser usado por sua genitora o que é permitido pelo inciso IV do art. 15 da lei 1.300 que dispõe sobre as condições de locação de prédios residenciais. Durante o curso do processo o locatário não conseguiu comprovar cabalmente a insinceridade do pedido, matéria que arguiu como defesa. A sentença está pois de acordo com o Direito e as provas dos autos.

Publique-se, intime-se e registre-se.

Belém, 24 de junho de 1963

Oswaldo Pojucan Tavares

Presidente

Aluizio da Silva Leal

Relator

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 27 de setembro de 1963.

Amazonina Silva

Pelo Secretário

ACORDÃO N. 7

Habeas-Corpus Liberatório da Capital

Impetrante: — Ney Natalino da Silva Lamarão a seu próprio favor

Relator: — Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça

Vistos, etc...

Acórdam os Juizes do Tribunal de Justiça do Estado, contra o voto do Exmo. Snr. Desembargador Oswaldo de Brito Farias, conceder a ordem de "habeas-corpus" impetrada em favor Ney Nata-

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

lino da Silva Lamarão, á vista da nota de culpa de fls. comprovadora dos fatos alegados pelo paciente.

Custas, na forma da lei. Belém, 28 de Dezembro de 1962.

(a.) **Oswaldo Pojucan Tavares**, Presidente e Relator

ACORDÃO N. 8

Habeas-Corpus Liberatório da Capital

Impetrante: — Odilon Ferreira Novo a favor de Antonio Siqueira Barreto

Relator: — Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça

Vistos, etc...

Acórdam os Juizes do Tribunal de Justiça do Estado, contra os votos dos desembargadores Hamilton Ferreira de Souza e Agnato Monteiro Lopes, negar a ordem de "habeas-corpus", impetrada em favor de Antonio Siqueira Barreto, determinando porém, a imediata remessa do paciente ao distrito da culpa, afim de ser ultimado o processo a que responde.

Custas na forma da lei. Belém, 30 de novembro de 1962.

(a.) **Oswaldo Pojucan Tavares**, Presidente e Relator

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, 23 de janeiro de 1963.

Luiz Faria — Secretário

ACORDÃO N. 9

Habeas-Corpus Liberatório da Capital

Impetrante: — Leoncio Monteiro a seu favor

Relator: — Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça

Vistos, etc...

Acórdam os Juizes do Tribunal de Justiça do Estado, á unanimidade de votos, negar a ordem de "habeas-corpus" impetrada em favor de Leoncio Monteiro, á vista da informação de fls. do dr. Juiz de Direito da 9a. Vara, de encontrar-se o paciente preso em flagrante como incurso nas penas do art. 129 § 1º inciso II, do Código Penal.

Custas, na forma da lei. Belém, 28 de Dezembro de 1962.

(a.) **Oswaldo Pojucan Tavares**, Presidente e Relator.

ACORDÃO N. 10

Habeas-Corpus Liberatório da Capital

Impetrante: — José Patrocínio da Costa Cardoso a seu favor

Relator: — Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça

Vistos, etc...

Acórdam os Juizes do Tribunal de Justiça do Estado, á unanimidade de votos negar a ordem de "habeas-corpus" impetrada em favor de José Pa-

trocinio da Costa Cardoso, á vista da informação do Dr. Juiz de Direito da 9a. Vara da Capital, de encontrar-se o paciente com prisão preventiva decretada como incurso nas penas do art. 155 do Código Penal.

Custas, na forma da lei. Belém, 28 de Dezembro de 1962.

(a.) **Oswaldo Pojucan Tavares**, Presidente e Relator

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, 24 de janeiro de 1963.

Amazonina Silva pelo Secretário

EDITAIS JUDICIAIS

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: Dr. João Baptista Seraphico de Assis Carvalho Filho e Maria de Nazaré Gonçalves Guerra, ele solt., nat. do Pará, eng. civil, filho de João Baptista Seraphico de Assis Carvalho e Oscarina Pires de Assis Carvalho, ela solt., nat. do Pará, prof. normalista, filha de Manoel de Campos Guerra e Ana Gonçalves Guerra, res. n/ cidade. José Brito de Souza Ramos e Nilza Gomes da Silva Souza, ele solt., nat. do Pará, motorista, filho de João Brito da Rocha Ramos e Filomena Maria de Souza Ramos, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de José Carlos da Silva e Souza e Maria de Nazaré Gomes, res. n/ cidade. Waldir do Couto Santos e Olgacyra Pontes de Souza, ele solt., nat. do Pará, comerciante, filho de Alvaro Santos e Neusa do Couto Santos, ela solt., nat. do Pará, escriturária, filha de Arthemiro Pontes de Souza e Maria Santos de Souza res. n/ cidade. José Maria Ribeiro Pinto Marques e Ruth Barros de Lemos, ele solt., nat. do Pará, func. federal, filho de José Luiz Pinto Marques e Arcyry Ribeiro Pinto Marques, ela solt., nat. do Pará, func. federal, filha de José Gonçalves de Lemos e Maria de Nazareth Barros de Lemos, res. n/ cidade. Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado n/ cidade de Belém, aos 8 de novembro de 1963. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino. — (a) Edith Puga Garcia.

(T. 8368 — 13 e 20-11-63)

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: Jayme Dias de Lima e Heliete do Carmo Machado Garcia, ele solt., nat. da Bahia, universitário, filho de João José de Lima e Judith Dias de Lima, ela solt., nat. do Pará, func. autarquica, filha de José Garcia Filho e de Myrian Machado Garcia res. n/ cidade. José Carlos Amaral Xavier e Maria Arlete Bentes Cruz, ele solt., nat. do Ceará, universitário, filho de Afonso Xavier e Orquidea Amaral Xavier ela solt., nat. do Amazonas, doméstica, filha de José Vicente Cruz e Dulce Bentes Cruz, res. n/ cidade. José Alberto Zaire Boulhosa e Helena Lobato de Mattos, ele solt., nat. do Pará, pecuarista, filho de Raul Lobato Boulhosa e Alice Zaire Boulhosa, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de Antonio Rafael Sitaro de Mattos e Yolanda Lobato de Mattos, res. n/ cidade. Altamiranda Barreto Vieira e Hildenaide Souza Teles, ela solt., nat. da Bahia, militar, filho de Antonio Dias Vieira e Anita Barreto Vieira, ela solt., nat. do Pará, prof. normalista, filha de Antonio Eugênio da Cunha Teles e Hercilia de Souza Teles res. n/ cidade. Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado n/ cidade de Belém, aos 8 de novembro de 1963. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino. — (a) Edith Puga Garcia.

(T. 8369 — 13 e 20-11-63)

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: José Ojavo Cordeiro e Raimunda de Sousa Alves, ele solt., nat. do Pará, func. rectoral, filho de Ojavo Cordeiro de Barros e de Diana Cunha Duarte, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de Augusto de Assis Alves e Deuzalinda de Sousa Alves, res. n/ cidade de Antonio Pacífico Coelho e Marlene da Paixão Silva, ele solt., nat. do Pará, laboratorista, filho de Florencio Soares Coelho e Esperança Pacífico Coelho, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de João da Cruz Ferreira Silva e Maria da Paixão Silva, res. n/ cidade. João Hypolito Maciel Mercês e Araci Baia, ele solt., nat. do Pará, mecânico de aviação, filho de Druzo Germanico Mercês e de Marcina Maciel Mercês, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de Adamor Pedro Baia e Maria Lúcia Saraiva Baia, res. n/ cidade. Rafael Vieira da Costa e Rosamaria Celso Portugal, ele solt., nat. do Pará, func. rectoral, filho de José Vieira da Costa e Maria Carmelina da Costa, ela solt., nat. do Pará, universitária, filha de Vicente Portugal e Elza Celso Portugal, res. n/ cidade. Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado n/ cidade de Belém, aos 12 de novembro de 1963. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino. — (a) Edith Puga Garcia.

(T. 8379 — 13 e 20-11-63)

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: Aueron Maia Avila e Iracilda Pires de Sá, ele solt., nat. do Pará, industrial, filho de Raimundo Francisco Avila e Maria Maia Avila, ela solt., nat. do Pará, prof. pedagógica, filha de Deoclides Franco de Sá e de Iramita Franco de Sá, res. n/ cidade. João Batista Cavalcante e Carmencin Paes Marques, ele solt., nat. do Ceará, militar, filho de João Francisco Cavalcante e Maria da Penha Cavalcante, ela solt., nat. do Pará, estudante, filha de Alberto de Souza Marques e Stelia Paes Marques, res. n/ cidade. Edyr de Brito Alves e Iraylze Fernanda Couto da Rocha, ele solt., nat. do Pará, dentista, filho de Eneidino Poncio Alves e Alcida de Brito Alves, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de Fernando Falcão Fernandes da Rocha e Maria da Conceição Couto, res. n/ cidade. Mario Elpy de Oliveira Peixoto e Augusta Amelia de Campos Ribeiro, ele solt., nat. do Pará, filho de Licurgo de Freitas Peixoto e Ana Rosa de Oliveira Peixoto, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de José Sampaio de Campos Ribeiro e de Lygia Amazonas de Campos Ribeiro, res. n/ cidade. Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado n/ cidade de Belém, aos 12 de novembro de 1963. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino. — (a) Edith Puga Garcia.

(T. 8380 — 13 e 20-11-63)

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
EDUCANDARIO NOGUEIRA DE FARIAS

Instituições Sócio-Penais
CHAMADA DE FUNCIONARIO
Pelo presente edital fica notificação Maria Rodrigues Cordovil ocupante do cargo da classe G, da Carreira de Professora, do Quadro Único, lotada nas Instituições Sócio-Penais, a reassumir o exercício do seu cargo dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data da primeira publicação deste Edital no órgão Oficial, sob pena de, findo o mencionado período e não sendo feito prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser demitida por abandono de cargo de acordo com o disposto nos artigos 36 e 186, item II §§ 1.º e 2.º, da Lei n. 749, de 24-12-953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios).

Diretoria das Instituições Sócio-Penais, Novembro de 1963.
(a) João Ferreira de Lima, Tenente Diretor.

CHAMADA DE FUNCIONARIO
Pelo presente Edital fica notificação Dalcí Govêia da Gama, ocupante do cargo da classe G, da Carreira de Professora, do Quadro Único, lotada nas Instituições Sócio-Penais, a reassumir o exercício do seu cargo dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data da primeira publicação deste Edital no órgão Oficial, sob pena de, findo o mencionado período e não sendo feito prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser demitida por abandono de cargo de acordo com o disposto nos artigos 36 e 186, item II §§ 1.º e 2.º, da Lei n. 749, de 24-12-53 (Estatutos dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e Municípios).

Diretoria das Instituições Sócio-Penais, Novembro de 1963.
(a) João Ferreira de Lima, Tenente Diretor.

COMARCA DE PONTA DE PEDRAS

Edward de Araújo Malato Ribeiro, Oficial Interino do Registro Civil e mais cargos anexos da cidade de Ponta de Pedras, município e comarca do mesmo nome, do Estado do Pará, Brasil, etc

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço SABER que pretendem contrair casamento o senhor Hélio Monteiro Coelho e a snta. Rosa de Jesus Ferreira.

ELE diz ser solteiro, funcionário público, estadual, de 41 anos de idade, natural deste Estado do Pará, domiciliado e residente em Belém, filho de Gilberto Ventura Coelho e dona Julieta Monteiro Coelho.

ELA diz ser solteira, de 34 anos de idade, natural deste Estado do Pará, domiciliada e residente neste município de Ponta de Pedras, filha de Manoel Zacarias Ferreira e dona Marceinã de Jesus Ferreira.

Apresentaram os documentos exigidos por Lei, em devida forma, pelo que se alguém tiver conhecimento de algum impedimento que os

proíba de casar, denuncie-os para os fins de direito.
Ponta de Pedras 4 de Novembro de 1963.

Edward de Araújo Malato Ribeiro
Oficial Interino
(T. 8374 - 12 e 19/11/63)

(Conclusão)

questão um tempo de serviço de 4 anos, 11 meses e 29 dias.

Os órgãos técnicos deste Tribunal, em pronunciamentos de fls., conferem ao sr. Raimundo Nazaré da Silva uma reforma anual de Cr\$ 146.910,00.

O Doutor Sub-Procurador, em seu parecer, nada opõe. E' o relatório".

VOTO:

"Sendo o relatório parte integrante deste voto, defiro o registro".

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita:

"De acordo".

Voto do sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira:

"Com apoio no que expôs o Exmo. Sr. Ministro Relator, expressando que não houve, a favor do reformado, a contagem de adicional concedido o registro solicitado".

Voto do sr. Ministro Presidente:

"Concedo-o".
José Maria de Vasconcelos Machado

Ministro Presidente
Sebastião Santos de Santana Relator
Lindolfo Marques de Mesquita
Elmiro Gonçalves Nogueira
Fui presente:
Lourenço do Vale Paiva
Procurador

ACÓRDÃO N. 4.747

Processo n. 9.764

Requerente — O sr. José Nogueira Sobrinho, diretor geral do Departamento do Do Serviço Público.

Relator — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o sr. Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, remeteu a registro neste Tribunal, com o ofício n. 967, de 27 de dezembro de 1962, a transferência da importância de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), na verba Secretaria de Estado de Saúde Pública, consignação Hospital Juliano Moreira, subconsignação Material de Consumo do item Para o Serviço de Praxiterapia, para o item Outras Utilidades, de acordo com o Decreto n. 4.092, de 10-12-62, publicado no DIÁRIO OFICIAL de 15-12-62 — tudo como dos autos consta.

Acórdam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, deferir o registro solicitado.

Belém, 22 de janeiro de 1963.

(aa.) Dr. José Maria de Vasconcelos Machado, Ministro Presidente. — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator. — Elmiro Gonçalves Nogueira. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator:

RELATÓRIO — "Neste processo, com pedido de registro, o decreto do Governo do Estado n. 4092, de 10 de dezembro do ano p. p., publicado no DIÁRIO OFICIAL de 15 do mesmo mês e que transfere no Orçamento da Despesa, na verba Secretaria de Estado de Saúde Pública, consignação Hospital Juliano Moreira, subconsignação Material de Consumo, do item Para o Serviço de Praxiterapia, para o item Outras Utilidades, da mesma consignação e subconsignação, a importância de Cr\$ 400.000,00. As seções competentes deste Tribunal foram ouvidas e, pelas informações fornecidas, constata-se poder ser feita a transferência em apêço. Favoravelmente opinou a dita Procuradoria.

Este é o relatório".

VOTO:

"Concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira:

"Com apoio no que expôs o Exmo. Sr. Ministro Relator, concedo o registro".

Voto do sr. Ministro Sebastião Santos de Santana: "Defiro".

Voto do sr. Ministro Presidente:

"Concedo-o".

José Maria de Vasconcelos Machado
Ministro Presidente

Lindolfo Marques de Mesquita
Relator

Elmiro Gonçalves Nogueira
Sebastião Santos de Santana

Fui presente:

Lourenço do Vale Paiva
Procurador



ESTADOS BRASILEIROS

Diário da Assembléia

ESTADO DO PARÁ

ANO X.

BELEM — QUARTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1963

NUM. 1.639

ACÓRDÃO N. 4.745

Processo n. 9.755

Requerente — Exmo. Sr. Dr. Raimundo Martins Viana, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Exmo. Sr. Dr. Raimundo Martins Viana, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a registro neste Tribunal, com o ofício n. 560, de 26-12-62, o Decreto n. 4.068, de 6-12-62, que reforma ex-officio, o 3º sargento do Contingente do Comando Geral, da Polícia Militar do Estado. Salim de Souza Monteiro, com os proventos anuais de Cr\$ 217.730,00 (duzentos e dezessete mil setecentos e trinta cruzeiros), de acordo com a letra a) do art. 333, combinado com a letra b), § 1º, do mesmo artigo e ainda a letra b) do art. 349 e art. 350, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, — tudo como dos autos consta:

Acórdam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, deferir o registro solicitado.

Belém, 22 de janeiro de 1963.

(aa.) Dr. José Maria de Vasconcelos Machado, Ministro Presidente. — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator. — Elmiro Gonçalves Nogueira. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator:

RELATÓRIO — “Neste processo, com o expediente respectivo, o decreto do Governo do Estado que reforma, ex-officio, o 3º sargento da Polícia Militar do Estado, Salim de Souza Monteiro, pertencente ao contingente do Comando Geral. Tudo de acordo com a letra a) do artigo 333, combinado com a

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

letra h), parágrafo 1º, do mesmo artigo e ainda a letra h) do artigo 349 e artigo 350 da Lei 207, de 30 de dezembro de 1949. Vencimentos totais anuais de Cr\$ 217.730,00, entre vencimentos integrais e demais vantagens. Sem direito à gratificação adicional por tempo de serviço, que não alcança dez anos. Nos autos o laudo de inspeção médica a que foi submetido e que o considerou incapacitado definitivamente para o serviço militar, atacado de hemiplegia direita. Decreto datado de 6 de dezembro de 1962, para o qual se pede registro. Os cálculos dos vencimentos estão exatos, conforme atestam as seções competentes do Tribunal. O dr. Sub-Procurador ofereceu parecer favorável ao registro.

Esté é o relatório”.

VOTO

“Concedo o registro”.

Voto do sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira:

“Com apoio no que expôs o Exmo. Sr. Ministro Relator, expressando que não houve, a favor do reformado, a contagem de adicional, concedo o registro solicitado”.

Voto do sr. Ministro Sebastião Santos de Santana:

“De acordo”.

Voto do sr. Ministro Presidente:

“Concedo-o”.

José Maria de Vasconcelos Machado, Ministro Presidente

Lindolfo Marques de Mesquita, Relator

Elmiro Gonçalves Nogueira, Sebastião Santos de Santana

Fui presente:

Lourenço do Vale Paiva, Procurador

ACÓRDÃO N. 4.746

Processo n. 9.756

Requerente — Exmo. Sr. Dr. Raimundo Martins Viana, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator — Ministro Sebastião Santos de Santana.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Exmo. Sr. Dr. Raimundo Martins Viana, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a registro neste Tribunal, com o ofício n. 560, de 26-12-62, o Decreto n. 4.070, de 6-12-62, que reformou, ex-officio, o soldado do Batalhão de Polícia, da Polícia Militar do Estado, Raimundo Nazaré da Silva, com os proventos anuais de Cr\$ 146.910,00 (cento e quarenta e seis mil novecentos e dez cruzeiros), de acordo com a letra a), do art. 333, combinado com a letra b), § 1º, do mesmo artigo, e mais a letra b) do art. 350, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, — tudo como dos autos consta:

Acórdam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, deferir o registro solicitado.

Belém, 22 de janeiro de 1963.

(aa.) Dr. José Maria de Vasconcelos Machado, Ministro Presidente. — Sebastião Santos de Santana, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — Elmiro Gonçalves Nogueira.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. Ministro Sebastião Santos de Santana, Relator:

RELATÓRIO — “Pelo ofício n. 560, de 26-12-62, o Dr. Raimundo Martins Viana, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remete para registro, neste Tribunal, o Decreto n. 4.070, de 6-12-62, que reforma, ex-officio, o soldado pertencente ao Batalhão de Polícia Militar do Estado Raimundo Nazaré da Silva.

O Decreto que reforma o referido militar tem a seguinte redação:

“DECRETO N. 4.070 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1962 — Reforma, “ex-officio”; o soldado pertencente ao Batalhão de Polícia, da Polícia Militar do Estado, Raimundo Nazaré da Silva. — O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo n. 0445-62—OF— SIJ, DE Creta — Art. 10. — Fica reformado, “ex-officio”, o soldado pertencente ao Batalhão de Polícia da Polícia Militar do Estado, Raimundo Nazaré da Silva, de acordo com a letra a), do art. 333, combinado com a letra b), parágrafo 1º, do mesmo artigo e mais a letra b), do art. 349 e art. 350, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo, nessa situação, os proventos de doze mil duzentos e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 12.242,50) mensais, quisesjam, cento e quarenta e seis mil novecentos e dez cruzeiros (Cr\$ 146.910,00) anuais. Art. 2º. — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 6 de dezembro de 1962. — aa.) Aurélio Corrêa do Carmo, Governador do Estado. — Raimundo Martins Viana, Secretário do Interior e Justiça”.

O laudo de inspeção de saúde, às fls. 6, atesta que o mesmo está definitivamente incapaz para o serviço público, com o diagnóstico codificado sob o n. 42-A, ou seja, tuberculose pulmonar, forma ativa.

O Comando Geral da P. M. E. presta os necessários esclarecimentos às fls. 5 e 7, conferindo ao soldado em

e Cultura, 23 de abril de 1963.